



A QUEM INTERESSA ENGANAR OS TRABALHADORES

?

Sindicato esclarece que contribuição negocial não tem nada a ver com retorno do imposto sindical. Em país em que trabalhadores ainda são sujeitos a condições análogas à escravidão e a acidentes de trabalho, é necessário ter sindicatos fortes e atuantes.

PARTE DOS EMPREGADORES E DA MÍDIA TENTA ENGANAR OS TRABALHADORES

Maioria do STF decidiu a favor da contribuição aos sindicatos após aprovação em assembleia. Nada muda aos trabalhadores e trabalhadoras na base

“O STF corrige uma das distorções trazida pela reforma trabalhista e acaba valorizando o processo da negociação coletiva”

“No momento em que a CUT completa 40 anos, seus princípios prevalecem e um deles é o fim do imposto sindical”

A maioria do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu a favor da contribuição assistencial aos sindicatos. Com o voto do ministro Alexandre de Moraes na última quinta-feira, 31 de agosto, já são seis votos pela constitucionalidade da contribuição, de um total de 11 ministros na Corte. Na base dos Metalúrgicos do ABC, ela é chamada de contribuição negocial, já que existe única e exclusivamente em função das negociações que o Sindicato estabelece com as empresas.

O diretor executivo do Sindicato, Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão, ressaltou que antes havia dúvida sobre a constitucionalidade ou não em estabelecer novas contribuições. Após a reforma trabalhista, com a queda do imposto sindical compulsório, o cenário mudou.

“Com a reforma, os sindicatos perderam uma fonte de receita considerável. Agora, a maioria do STF revisa a questão sob a alegação de que já não há mais imposto sindical. Os sindicatos precisam se preparar, no mínimo, jurídica e economicamente, para enfrentar as negociações”.

“Essas negociações atendem a todos da categoria, não somente aqueles trabalhadores que são sócios. Portanto, o STF faz justiça àqueles que entendem, como os Metalúrgicos do ABC, que o melhor caminho é a negociação coletiva. Nada muda aos trabalhadores e trabalhadoras na nossa base. É importante salientar que, no momento em que a CUT completa 40 anos, seus princípios prevalecem e um deles é que sempre fomos contra o imposto sindical. Em alguns momentos, nosso Sindicato chegou a fazer a devolução dos recursos do imposto, porém fomos questionados pelo Estado de que não poderíamos ter feito”, afirmou.

Fake news

O dirigente alertou que é preciso ter cuidado com a tentativa de confundir os trabalhadores e traba-



lhadoras com as fake news de que a decisão seria o retorno do imposto sindical.

“Ao contrário de que algumas pessoas mal-intencionadas e que produzem fake news dizem, a con-

tribuição negocial ou assistencial não se trata do retorno do imposto sindical. Ela só regulamenta uma prática sobre a qual ainda havia dúvidas na justiça quanto à sua aplicação”, explicou.

Luizão lembrou ainda que a contribuição negocial não nasceu após a reforma trabalhista, ela já existia desde a Constituição de 1988.

“Quem fala que é a volta do imposto sindical está mentindo e não

quer entender que sindicatos fazem bem à democracia, sobretudo, sindicatos fortes. Os sindicatos cumprem sua função constitucional que é representar toda a categoria, como está escrito na Constituição, portan-

“SINDICATOS SÃO OS ENTES HABILITADOS A NEGOCIAR E CELEBRAR ACORDOS COLETIVOS”

O presidente da CUT, Sérgio Nobre, defendeu a contribuição negocial em artigo recente. “O acordo coletivo é um instrumento construído por meio da negociação realizada pelas entidades sindicais junto aos empresários, nele constam reajuste e aumentos salariais, jornada de trabalho, benefícios, direitos adicionais, entre outros. Os sindicatos são os entes constitucionalmente habilitados a negociar e celebrar

esses acordos coletivos”, afirmou.

“Portanto, toda vez que o trabalhador que não contribui com o funcionamento do sistema sindical for beneficiado por um acordo coletivo, é mais do que justo que ele contribua com o sindicato que negociou, porque os acordos valem para sócios e não sócios e, dessa forma, colabore para aprimorar e fortalecer o sistema sindical”, reforçou.

Modernização

O julgamento do STF ocorre em importante momento de construção de um projeto que propõe modernizar toda a estrutura do movimento sindical. A proposta está em discussão no grupo formado por representantes das centrais sindicais, do governo federal e do setor patronal.

Dentre algumas das mudanças em debate, há a proposta de prazo

para os mandatos de dirigentes, regras de transparência e exigência de comprovação do tamanho da base. Também propõe o fortalecimento dos acordos coletivos e a criação de uma contribuição negocial, definida em assembleia e paga por todos os trabalhadores beneficiados pela convenção coletiva aprovada.

Com informações da CUT.

to é legítimo que todos contribuam para o bom resultado de um acordo aprovado”, defendeu.

Escravidão

Luizão também questionou a quem interessa o enfraquecimento dos sindicatos. “Em um país em que a cada semana se descobrem trabalhadores em condições análogas à escravidão, é necessário sindicatos fortes e atuantes. Enquanto parte da imprensa se preocupa em difundir fake news, poderia consumir seu tempo também falando sobre maus patrões, sobre práticas duvidosas, sobre condições de trabalho insalubre e lembrar que o Brasil ainda é um dos campeões de acidentes de trabalho”.

“Por isso, parte do empresariado insiste em mentir para que os sindicatos não tenham recurso e não possam fazer o seu papel fiscalizador e negociador”.

Votação no STF

A ação em julgamento teve início em 2017, após o Supremo reafirmar a inconstitucionalidade da instituição de contribuições obrigatórias a trabalhadores não sindicalizados. O Sindicato de Metalúrgicos de Curitiba contestou a decisão por meio de Embargos de Declaração. O julgamento teve início em sessão virtual em agosto de 2020.

No final de abril, em razão de um pedido de vista (mais tempo para analisar o processo) pelo ministro Alexandre de Moraes, o julgamento foi suspenso. Cinco ministros já tinham votado para que os sindicatos pudessem fixar as contribuições assistenciais/negociais, desde que aprovadas em assembleias e com possibilidade de manifestação de oposição: Edson Fachin, Dias Toffoli, Roberto Barroso, Gilmar Mendes e Cármen Lúcia.

Os votos dos demais ministros devem ocorrer até o dia 11.

CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL VS IMPOSTO SINDICAL

Imposto sindical

O antigo imposto sindical, previsto no artigo 582 da CLT, era cobrado de todos os trabalhadores, geralmente no mês de março de cada ano, independentemente de filiação. Equivalia a um dia de trabalho por ano.

Também havia cobrança para as entidades patronais, com base no capital social das empresas. Com a reforma trabalhista de 2017, o pagamento desse imposto passou a ser facultativo. Os Metalúrgicos do ABC e a CUT historicamente são contra o imposto sindical.

Contribuição negocial

A contribuição negocial/assistencial nada tem a ver com o imposto sindical. Essa contribuição busca custear as negociações coletivas em que todos os trabalhadores e trabalhadoras serão beneficiados, sejam associados ou não.

O pagamento da contribuição e o percentual são definidos em assembleias de acordos e/ou convenções coletivas de trabalho e precisam ser aprovados pela maioria dos trabalhadores presentes na assembleia.

SINDICATO E UFABC APRESENTAM PROJETO DE RECONVERSÃO INDUSTRIAL

Discussão já foi levada aos representantes de universidades, poder público e empresas da região

O projeto de reconversão industrial, realizado em parceria entre os Metalúrgicos do ABC e a UFABC (Universidade Federal do ABC), foi apresentado em encontros para diversos atores na região. O objetivo é dialogar sobre as fases do projeto, a pesquisa com empresas e, assim, pautar também os governos federal e estadual.

O encontro com representantes de universidades foi em 18 de agosto. Já as prefeituras da região e o Consórcio Intermunicipal Grande ABC se reuniram dia 25 de agosto. No dia 1º de setembro, o debate foi com empresas, associações comerciais e empresariais. Ainda haverá um encontro com sindicalistas do ABC.

O diretor executivo do Sindicato, Aroaldo Oliveira da Silva, que preside a Agência de Desenvolvimento Econômico Grande ABC e a IndustriALL Brasil, destacou a relevância do projeto para a indústria nacional.

“O debate da reconversão industrial é de extrema importância para pensar o futuro da nossa região e conectar com o que o governo federal vem dialogando sobre política industrial”, afirmou.

O dirigente ressaltou que é preciso pensar os novos setores. “Temos percebido que setores tradicionais têm diminuído sua produção, diminuindo a intensidade de mão de obra. Temos capacidade instalada aqui na região, precisamos pegar essa capacidade e transformá-la em outros setores. Por isso, o debate da reconversão é tão importante, para manter o parque industrial pujante, com criação de emprego e a manutenção da renda aqui na região”, defendeu.

Etapas

O projeto “Reconversão Industrial no Grande ABC: diagnóstico, capacitação e plano de implementação na região” visa realizar ações de pesquisa, capacitação e análise do potencial e dos mecanismos requeridos



para implementar ações buscando alternativas para reposicionamento de cadeias produtivas.

Em abril de 2022, teve início o curso do projeto, com aulas até maio do mesmo ano ministradas pela professora na UFABC, Anapátricia Morales Vilha, mestre em Administração e doutora em Política Científica e Tecnológica.

O público envolveu CSEs, pesquisadores da universidade e integrantes da subseção Dieese dos Metalúrgicos do ABC para que pudessem contribuir na identificação

de potencialidades para reconversão industrial dentro das empresas da base.

Também foi realizado o mapeamento de empresas e a definição em conjunto das possibilidades. As próximas etapas são o desenvolvimento do Plano de Reconversão Industrial do ABC, contemplando ações de curto, médio e longo prazo para políticas regionais de cunho industrial e tecnológico; ações internas às empresas alinhadas à reconversão industrial; promoção de diálogo e parcerias entre universi-

dades, empresas, governo e movimentos sociais; e desenvolvimento de estratégias de inserção em novos mercados nacionais e internacionais. Além disso, haverá a articulação com os governos federal e do Estado de São Paulo e a publicação de um livro.

Reconversão

Reconversão industrial é a capacidade de reação (adaptação ou reorientação) das empresas diante das incertezas e dos mercados baseada na apropriação de oportunidade. É o reposicionamento da atividade produtiva para outros produtos, serviços e mercados.

Exemplos na pandemia: montadoras passaram a produzir e a fazer a manutenção de respiradores, empresas do setor químico começaram a produzir álcool, empresas têxteis passaram a produzir máscaras.



TRIBUNA ESPORTIVA

FOTOS: DIVULGAÇÃO



No Data Fifa, o Corinthians não terá Gabriel Moscardo, convocado pela seleção sub-23, e Matías Rojas, que estará com a seleção do Paraguai.



O Palmeiras teve convocados: Raphael Veiga (Brasil), Richard Ríos (Colômbia), Gustavo Gómez (Paraguai) e Piquerez (Uruguai).



O Santos anunciou a contratação do atacante colombiano Alfredo Morelos, com contrato até agosto de 2025.

ELEIÇÃO DE CIPA NA UDINESE PAPAIZ

Os trabalhadores e trabalhadoras na Udinese Papaiz, em Diadema, elegem amanhã seus representantes de Cipa. Vote em Diogo Bernardo de Carvalho, o Gordinho, Montagem, nº 5; Gean Carlos Santos Duarte, o Costelinha, Usinagem, nº 6; Emerson Barros Ferreira, o Pacu, Usinagem, nº 2; Antônio Jardeilson Lima Araújo, o Tonho, Montagem, nº 4. Eles são apoiados pelo Sindicato, comprometidos e preparados para defender as condições de saúde e segurança dos trabalhadores.